

Seja bem vindo e relaxe em resort idealmente situado no Oceano Índico e no centro da cidade de Maputo
Parque privado de 10 hectares, 2 piscinas com bilhar, serviço de segurança 24 horas, centro de negócios, salão de cabeleireiro, loja africana, prática de fisioterapia
Rua Dom Joao Castro, 321 Maputo - Moçambique * Tels: 00258 21 492706/7 21 492806 * Fax: 00258 21 492704 * E-mail: miramarkayakwanga@tdm.co.mz



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quarta-feira, 29 de Novembro de 2023 - Edição nº4965

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua da Resistencia, Nº1642, Prédio Cil/3M - Maputo - Moçambique
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

Renamo pede paralisação da economia e avisa na rua...

Frelimo não vai governar Maputo

(Maputo) Centenas de apoiantes da Renamo percorreram ontem as ruas de Maputo, pela primeira vez desde a proclamação da Frelimo como vencedora das autárquicas, gritando “não vai governar” e com o candidato Venâncio Mondlane a apelar à paralisação da capital.

“Chegou a altura de o povo provar que é o povo que está no poder”, avisou Venâncio

Mondlane, ao dirigir-se à multidão que o aguardava à saída da primeira marcha de protesto em Maputo após a proclamação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional (CC), na sexta-feira.

“Vamos todos combinar para dois dias parar com tudo nesta cidade”, disse, num apelo a todas as classes profissionais, garantindo que é necessária a “paralisação da economia” para contestar a “fraude” nas eleições autár-

quicas de 11 de Outubro e “devolver a vitória ao povo”.

“A própria Constituição nos permite o direito à resistência. Havendo ordens ilegais, o povo tem o direito de resistir”, afirmou Mondlane.

“Já marchamos muito, já marchamos demais. Agora chegou a altura de paralisarmos a economia”, advertiu o candidato da Renamo, que continua a assumir-se como “autarca eleito” na

Relatório do Banco Mundial

Empresas públicas moçambicanas são o maior risco para as finanças

(Maputo) O Banco Mundial alertou ontem que as empresas públicas de Moçambique representam o maior perigo potencial para as finanças públicas nacionais entre os países africanos, representando quase 35% do PIB, só abaixo da vulnerabilidade registada na Gâmbia.

“Nos países onde as empresas públicas represen-

tam uma larga parte da actividade económica, podem colocar riscos às finanças públicas; analisando 14 países da África subsaariana, as empresas públicas representam 7% do PIB, os activos rondam os 34% dos activos públicos, e os riscos potenciais rondam, em média, os 20% do PIB”, lê-se no relatório divulgado do Banco Mundial sobre o contexto operacional das empresas públicas.

No documento que analisa o pa-

norama de 76 mil empresas públicas em 91 países, os peritos do Banco Mundial escrevem que “quando os riscos se materializam, têm geralmente grandes e duradouras implicações para os défices orçamentais e para a dívida, bem como para a condução da política orçamental, e podem levar a crises económicas e financeiras”.

O relatório, com o título ‘O Negócio do Estado’, passa em revista

⇒ Publicidade

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

capital.

Na concentração no Mercado de Xipamanine, um dos maiores da capital moçambicana, que antecedeu nova marcha pelas ruas de Maputo, Mondlane avançou que a Renamo vai dar entrada na Procuradoria-Geral da República (PGR) com uma queixa-crime contra os directores do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e da Comissão Nacional de Eleições (CNE), por alegada “falsificação e manipulação de resultados”.

O CC, a última instância de recurso em processos eleitorais em Moçambique, proclamou, na sexta-feira, a Frelimo vencedora das eleições autárquicas em 56 municípios, incluindo Maputo, contra as anteriores 64 anunciadas pela CNE, com a Renamo a passar de nenhuma para quatro, e mandou repetir eleições em outros quatro.

Mondlane disse que vai igualmente avançar com uma queixa-crime contra os sete juizes do CC que aprovaram por unanimidade o acórdão que proclamou os resultados eleitorais,

incluindo os que foram indicados pela oposição.

“Todos nós vamos estar amarrados, aprisionados, humilhados por causa de sete pessoas? Então, vale a pena sacrificar sete pessoas para salvar 30 milhões (...) Esses sete devem ou não ser rapidamente recolhidos para as celas”, questionou, dirigindo-se à multidão que pouco depois percorreria as ruas de Maputo, sem incidentes, mas gritando, debaixo de um forte calor, palavras de ordem contra a Frelimo, avisando que “não vai governar” a cidade e que “quem manda é o povo”.

Logo no dia seguinte às eleições, Venâncio Mondlane garantiu que tinha vencido o escrutínio na capital, com 55% dos votos, através da contagem paralela realizada com base em todos os editais e actas originais das mesas de voto.

OCC proclamou a Frelimo vencedora das eleições autárquicas em Maputo, mas cortou quase 30.000 votos que tinham sido atribuídos anteriormente ao partido no poder na capital pela CNE.

“O CC não tem nenhum poder de

alterar resultados. O único poder que tem é de validar as eleições. Pode dizer que os processos foram bem-feitos ou mal-feitos, mas não tem competência de alterar resultados e tirar 30.000 daqui e pôr 30.000 ali”, apontou Mondlane.

Segundo o acórdão do CC, a Frelimo manteve a vitória, mas com 206.333 votos e 37 mandatos. Razaque Manhique, cabeça-de-lista da Frelimo, foi proclamado como novo autarca de Maputo, mas em 26 de Outubro, a CNE tinha atribuído a vitória à Frelimo com 234.406 votos e 43 mandatos.

“O CC tenta passar a ideia de que são superiores. São superiores que o Tribunal Supremo? Então, nós queremos os juizes do CC a irem sentar no banco dos réus e serem julgados no Tribunal Supremo”, anunciou Mondlane, reconhecendo que se acreditava que aquele órgão “era a esperança do povo”, após os vários recursos dos partidos da oposição alegando a utilização de actas e editais “falsos” na contagem.

“Nós queremos que se aniquile, que se remova esse CC, porque não serve o povo”, disse. **(Redacção)**

Empresas públicas moçambicanas são o maior risco para as finanças

o contexto operacional das empresas detidas pelos países ou nas quais o Estado tem uma participação acima de 10%, conferindo-lhe o papel de agente importante no panorama empresarial das empresas públicas, que o relatório não discrimina individualmente.

“Os debates sobre o papel do Estado no mundo empresarial não são novos, mas há um crescente interesse entre os decisores políticos em alavancar as empresas públicas para alcançar objectivos de desenvolvimento, e as apostas são elevadas”, lê-se no relatório, que nota que, “enquanto dono de uma empresa, o Estado está a competir e a colaborar, ao mesmo tempo, com o sector privado ao nível empresarial, de mercado e da economia, em sentido lato”.

O relatório aponta vários exemplos de utilização positiva do poder das empresas públicas enquanto agentes do interesse público, por exemplo impedindo o corte de serviços essenciais, como a electricidade, às famílias que deixaram de poder pagar as contas, como aconteceu em

Angola e na Nigéria.

Por outro lado, aponta também casos em que o Estado tira partido da sua posição, como no caso em que a empresa pública é fornecedora de mercado e, ao mesmo tempo, contribui para a política regulatória, como no sector dos cimentos em Angola, onde o Estado limita a entrada de novas empresas no mercado e a empresa pública de cimentos é responsável por 30% da produção local e influencia as decisões do regulador.

O facto de as políticas “afastarem os privados da actividade económica, ou não, tem profundas implicações para o investimento e para o crescimento”, concluem os analistas do Banco Mundial.

O impacto das finanças das empresas públicas nas contas do Estado é notório em vários países, nomeadamente em Moçambique, desde logo pelo chamado ‘escândalo das dívidas ocultas’, conhecido em 2016, que atirou o país para o incumprimento financeiro, lançando-o numa crise económica, de reputação internacional e financeira da qual só

agora está a recuperar.

O desempenho do Setcor Empresarial do Estado (SEE) de Moçambique, nomeadamente de três empresas, é, aliás, identificado como um dos principais riscos fiscais em 2024 no Relatório de Riscos Fiscais (RRF), produzido pela Direcção de Gestão do Risco do Ministério das Finanças.

A exposição ao SEE é um dos riscos identificados para 2024 pelo RRF, que sublinha, contudo, que esse risco “melhorou consideravelmente” em 2022, reflectido na redução do ‘stock’ da dívida, de 22% do PIB, em 2021, para 4% do PIB.

A companhia aérea LAM, a distribuidora petrolífera Petromoc e a operadora de telecomunicações TMCEL “continuam a merecer maior atenção do Estado, devido à frágil situação financeira das mesmas”, alerta-se no RRF. O Relatório de Riscos Fiscais é um documento que apresenta as principais fontes de riscos fiscais e as medidas de mitigação, “por forma a reduzir a exposição das finanças públicas a eventos inesperados”. **(Redacção)**

Crime foi frustrado graças à intervenção da população

Comerciante ferido a tiro em tentativa de rapto em Maputo

(Maputo) Um comerciante foi ferido a tiro por desconhecidos que o tentaram raptar na segunda-feira, na cidade de Maputo, crime frustrado graças à intervenção da população, disse ontem a Polícia.

“Quatro homens munidos com uma pistola e uma arma AKM tentaram raptar um comerciante ao princípio da noite de segunda-feira, na cidade de Maputo, e perante a resistência da vítima e a intervenção de populares, acabou baleado na perna”, disse Leonel Muchina, porta-voz da Polícia na capital do país.

O rapto foi impedido por populares, que arremessaram pedras contra os autores do crime, tendo-se estes colocado em fuga, acrescentou Muchina

“O comerciante foi levado ao hospital”, avançou a Polícia, detalhando que a tentativa de rapto aconteceu momentos após o comerciante sair da sua loja de têxteis, em Maputo.

Na semana passada, seis pessoas fo-

ram detidas por alegada participação numa tentativa de rapto do empresário Juneid Lalgy, no dia 08, disse o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC).

O porta-voz do SERNIC na província de Maputo, Henrique Mendes, disse, em conferência de imprensa, que os seis homens simularam um acidente de viação para abalroar a viatura de Lalgy e tentar raptar o empresário, no dia 08 de Novembro.

“Nessa perseguição, essa viatura [dos alegados autores da tentativa de rapto] foi embater contra um obstáculo fixo algures no bairro de Hanhane e a vítima conseguiu chegar em segurança” à sua empresa, disse Mendes.

Juneid Lalgy é dono de uma empresa de transporte, com uma considerável frota de camiões, e proprietário do clube de futebol Black Bulls.

No dia 17 deste mês, um empresário moçambicano ligado ao ramo automóvel foi raptado por homens

desconhecidos na cidade de Maputo.

No início deste mês, uma jovem luso-moçambicana, de 26 anos, foi raptada por três homens armados em Maputo, quando saía de casa, permanecendo em cativeiro até hoje.

Algumas cidades moçambicanas, principalmente as capitais provinciais, voltaram a ser afectadas desde 2020 por uma onda de raptos, visando principalmente empresários ou seus familiares. O primeiro-ministro, Adriano Maleiane, anunciou no Parlamento, em Maio último, que foram já seleccionados os agentes que vão trabalhar numa unidade especial de combate aos raptos que afectam as principais cidades do país.

De acordo com um balanço apresentado pelo chefe do Governo na altura, desde 2021 foram registados em Moçambique 28 casos de rapto, dos quais “15 foram totalmente esclarecidos”. (Redacção)

Em 2022

Barragem de Cahora Bassa atinge maior produção dos últimos cinco anos

(Maputo) A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) atingiu em 2022 a maior produção eléctrica dos últimos cinco anos e cresceu 5,1% face a 2021, para 15.753,5 GigaWatt-hora (GWh), segundo dados do relatório e contas.

De acordo com o documento, disponibilizado nos últimos dias aos investidores, o pico em 2022 de produção da hidroeléctrica, cujo controlo efectivo foi entregue há precisamente 16 anos (27 de Novembro de 2007) por Portugal às autoridades moçambicanas, compara como verificado em 2015, quando atingiu a produção total de 16.978,4 GWh.

“Como corolário da performance operacional, em 2022, a HCB arrecadou receitas acima de 27 mil milhões de meticais. Cerca de 2.700 milhões de meticais foram canalizados para o Estado em forma de ‘fees’ de concessão, aproximadamente 5.100 milhões de meticais em forma de impostos e mais de 3.700 milhões de meticais de dividendos foram pagos aos acionistas

da série A e B, valores acima da percentagem recomendada pelos estatutos da empresa”, lê-se no documento.

A HCB fechou o ano de 2022 com 780 trabalhadores e lucros de 9.207 milhões de meticais, um aumento de 9,3% face a 2021. “O ‘27 de Novembro’, Dia da Reversão, representa um marco de reflexão sobre o desempenho de Cahora Bassa que, diga-se, tem sido excelente e demonstra o seu papel preponderante como dinamizador e âncora da matriz energética nacional e regional, bem como do desenvolvimento de Moçambique, assentes na contribuição que presta a economia, no pagamento de impostos, taxas e dividendos que concorrem para o desiderato da materialização dos projectos do Estado”, refere o Presidente do Conselho de Administração da HCB, Boavida Lopes Muhambe, numa mensagem que consta do documento.

A operação comercial daquela barragem teve início em 1977, com a transmissão dos primeiros 960 Mega-

Watts (MW), produzidos por três geradores, face à actual capacidade instalada de 2.075 MW, segundo dados da HCB.

Dois marcos tornaram depois possível a ‘moçambicanização’ do empreendimento, após a independência de Moçambique, recorda a empresa.

O primeiro ocorreu em 31 de Outubro de 2006, com a assinatura do protocolo que continha as condições necessárias para a reversão e a transferência do controlo de Portugal para o Estado moçambicano, e o segundo materializou-se um ano depois, com a conclusão da reversão, em 27 de Novembro de 2007.

O acordo de reversão da HCB permitiu que o controlo da barragem passasse do Estado português para a contraparte moçambicana, num acontecimento descrito pelo então chefe de Estado moçambicano, Armando Guebuza, como “segunda independência de Moçambique”.

A albufeira de Cahora Bassa é

⇒

a quarta maior de África, com uma extensão máxima de 270 quilómetros em comprimento e 30 quilómetros entre margens, ocupando cerca de 2.700 quilómetros quadrados e uma

profundidade média de 26 metros.

A barragem está instalada numa estreita garganta do rio Zambeze e a sua construção decorreu de 1969 a 01 de Junho de 1974, dando início ao

enchimento da albufeira.

A HCB admitiu em Agosto a “reactivação” do projecto da nova central, a norte, face à crescente demanda de electricidade na região. **(Redacção)**

Queda de elevador em mina sul-africana

Quatro moçambicanos entre os 75 feridos graves

(Maputo) Quatro moçambicanos encontram-se entre os 75 feridos graves na queda de um elevador numa mina de platina na África do Sul, que causou a morte de 11 pessoas de outras nacionalidades, disse ontem um porta-voz da mineradora. O elevador caiu repentinamente cerca de 200 metros (656 pés) enquanto transportava trabalhadores para a superfície, matando 11 pessoas e ferindo 75.

O acidente ocorreu esta segunda-feira em uma mina de platina na cidade de Rustenburg, na província Noroeste da África do Sul. O acidente aconteceu durante o transporte de funcionários do poço 11 à superfície, no final do turno de segunda-feira, 27 de Novembro de 2023. Segundo comunicado da empresa divulgado na rede social X, o transportador começou a descer inesperadamente às 16h54, antes de parar

quando seu contra-peso ficou preso.

Entre os 75 feridos, quatro são moçambicanos, informou um porta-voz da mineradora.

“Não há vítimas mortais de Moçambique. Quatro pessoas ficaram feridas e estão hospitalizadas, são moçambicanos”, afirmou Tumelo Nkisi.

“A operação de resgate na mina foi concluída e os 86 funcionários foram localizados. Os feridos foram transferidos e estão a receber tratamento em quatro hospitais da região”, informou a empresa no comunicado. Todas as operações na exploração mineira foram suspensas nesta terça-feira, enquanto uma investigação é instaurada para esclarecer as causas do acidente.

Nico Muller, director-executivo da Impala Platinum, expressou profundo pesar pela tragédia, declarando que “este é o dia mais sombrio da história da

Implats, e nossos corações estão tristes pelas vidas perdidas e pelos indivíduos afectados por este acidente devastador. A Implats está a oferecer apoio às famílias e colegas dos mortos no cumprimento do dever.” O elevador envolvido no acidente despencou no subsolo do poço 11 da Impala Platinum Holdings Limited. A empresa abriu um inquérito para investigar as causas do incidente e suspendeu imediatamente todas as operações de mineração na região.

A Implats é uma das principais produtoras mundiais de platina, empregando mais de 66.000 pessoas na África do Sul, conforme o relatório financeiro anual de 2023 divulgado em Junho. Além da Impala Rustenburg, a empresa é proprietária de mais quatro minas no país, com operações também no Zimbabwe e no Canadá. **(Redacção)**

Cinco anos depois de um ‘apagão’

Moçambique conclui integração dos bancos na rede única de pagamentos electrónicos

(Maputo) O Banco de Moçambique anunciou ontem que todos os bancos comerciais e instituições de moeda electrónica do país concluíram a integração na nova rede única nacional de pagamentos electrónicos, fornecida pela Euronet, cinco anos depois de um ‘apagão’.

Com a nova plataforma, a Sociedade Interbancária de Moçambique (Simo) passa a estar “alinhada com os padrões internacionais dos sistemas de pagamentos, que impõem a tecnologia ‘contactless’” para todos os cartões bancários e terminais POS, que “oferece maior segurança e comodidade para os utentes”, explica o banco central, em comunicado divulgado ontem.

“Desde o dia 19 de Novembro de 2023, todos os bancos comerciais e instituições de moeda electrónica já se encontram totalmente integrados na rede única nacional e a

funcionar exclusivamente na nova plataforma da SIMORede, fornecida pela Euronet”, acrescenta.

Trata-se, refere igualmente, da concretização de “um dos principais objectivos da modernização do Sistema Nacional de Pagamentos” do país, “que certamente dará um inegável contributo para a dinamização dos pagamentos electrónicos em Moçambique”.

“A nova plataforma da SIMORede tem a vantagem de oferecer uma diversificada gama de produtos e serviços, com destaque para a interoperabilidade (interligação) entre as instituições de moeda electrónica, bancos e outros prestadores de serviços financeiros”, sublinha igualmente o banco central.

Em Novembro de 2018, um ‘apagão’ afectou durante alguns dias as caixas automáticas e operações com

cartão da maioria dos bancos moçambicanos, devido à falta de pagamento e outros incumprimentos da Simo, justificou na altura a empresa portuguesa de novas tecnologias Bizfirst.

“A Simo/InterBancos utilizaram ilicitamente o software da Bizfirst durante mais de dois anos, sem nunca pagar”, anunciou na ocasião a firma, num comunicado em que diz ter-se esforçado para que um acordo fosse alcançado, com sucessivas cedências em termos de preços, “mas a Simo nunca aceitou nenhum acordo”.

Seguiu-se a intervenção do Governo e dos próprios bancos para desbloquear a situação, e depois um processo liderado pelo Banco de Moçambique para definir e operacionalizar uma nova rede única nacional de pagamentos electrónicos, agora concluído. **(Redacção)**